

31/12/2018.

Leis Penais Especiais, objetivo.

Professor: Leonardo Galardo.

Lei 9.099/95- possibilidade de prisão em flagrante, no JECRIM- parte 1.

Resumo.

Artigo 65, da Lei 9.099/95.

- . Atendimento ao artigo 62, desta Lei(princípios e finalidade, da Lei 9.099/95).
- . Não será declarada nulidade, se não houver prejuízo.
- . Princípios da celeridade e da simplicidade(artigo 2º, da Lei).

Artigo 66, da Lei 9.099/95.

Citação.

- . Sem complexidade, tendo, como norte, o artigo 62, da Lei 9.099/95.
- . A citação será sempre pessoal.
- . Não se admite citação por edital.
- . Os artigos 67 e 68, da Lei 9.099/95 envolvem questões burocráticas.



Fonte: <http://netoemgeral.blogspot.com>

Artigo 69, da Lei 9.099/95.

- . Prisão em flagrante possui as fases do flagrante: prisão-captura, prisão-condução, prisão-documentação(lavratura do auto de prisão em flagrante, lavratura do APF) e prisão de recolhimento ao cárcere. Vale dizer que para se prender em flagrante, é necessário que se pratique todas as fases.
 - . Artigo 302, do CPP(requisitos).
 - . Artigo 306, do CPP.
-

. Observação: no JECRIM, em tese, não haverá auto de prisão em flagrante(APF), pois todo ser humano será capturado e conduzido, se vier a se encaixar no artigo 302, do CPP(em qualquer de suas situações), não fazendo a 3ª fase(relativo a documentar) e a 4ª fase(relativo ao recolhimento ao cárcere), do flagrante; que é cabível também em certos casos(exceções), teoricamente.

. Exemplo de casos em que a teoria não indica a aplicação da 3ª e 4ª fases, de flagrante: se tratando de pessoas que detém imunidade diplomática; com o Presidente da República; com os que detém imunidade parlamentar, se o crime admitir fiança; e com o Juiz e o Promotor, se o crime admitir fiança(casos previstos em lei orgânica).

Exercícios.

1.

(CESPE- Polícia Civil do ES- 2010) com base exclusivamente em interceptação telefônica autorizada judicialmente, a polícia judiciária, no curso de inquérito policial, teve conhecimento dos preparativos para a ocorrência de determinado crime. Por ordem da autoridade policial, então, agentes de polícia passaram a acompanhar os investigados e, sem que em nada influenciassem na conduta ou provocassem a ação dos criminosos, tiveram oportunidade de presenciar a prática do crime, momento em que deram ordem de prisão e conseguiram prender dois dos perpetradores, no momento em que cometiam a infração penal, após o que iniciaram perseguição a um terceiro autor do mesmo crime, o qual foi detido apenas horas depois, após perseguição contínua e ininterrupta da polícia, da qual, em tempo algum, conseguiu fugir ou se desvencilhar. No momento do flagrante, foram também colhidas provas, as quais, depois, se mostraram essenciais para a denúncia e condenação.

Tendo por base a situação acima narrada, julgue os itens seguintes.

No caso do flagrante delito, como a prisão se dá sem ordem judicial prévia, a autoridade policial é a responsável legal pela detenção e pela tutela da liberdade, mesmo após comunicada a prisão e recebido o auto de flagrante pelo juiz competente.

2.

(CESPE- Polícia Civil do ES- 2010) com base exclusivamente em interceptação telefônica autorizada judicialmente, a polícia judiciária, no curso de inquérito policial, teve conhecimento dos preparativos para a ocorrência de determinado crime. Por ordem da autoridade policial, então, agentes de polícia passaram a acompanhar os investigados e, sem que em nada influenciassem na conduta ou provocassem a ação dos criminosos, tiveram oportunidade de presenciar a prática do crime, momento em que deram ordem de prisão e conseguiram prender dois dos perpetradores, no momento em que cometiam a infração penal, após o que iniciaram perseguição a um terceiro autor do mesmo crime, o qual foi detido apenas horas depois, após perseguição contínua e ininterrupta da polícia, da qual, em tempo algum, conseguiu fugir ou se desvencilhar. No momento do flagrante, foram também colhidas provas, as quais, depois, se mostraram essenciais para a denúncia e condenação.

Tendo por base a situação acima narrada, julgue os itens seguintes.

Após serem apresentados os detidos em flagrante à autoridade policial competente, esta deverá, desde logo, ouvir o condutor, as testemunhas e os presos; lavrar o auto, e, convencendo-se de evidências de que houve um crime, e da culpa, mandar recolher os acusados à prisão, se não couber sua libertação, com ou sem fiança, e, em até 24 horas, emitir nota de culpa aos acusados, e comunicar a prisão, apresentando o auto respectivo à autoridade judicial.

3.

(CESPE- Polícia Federal- 2018) em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada acerca de procedimentos dos juizados especiais criminais e de apuração de ato infracional.

Em fiscalização de rotina, policiais militares constataram que Rebeca conduzia em seu veículo dois papagaios capturados em floresta próxima, sem licença ou autorização de autoridade competente. Rebeca e os animais foram conduzidos à delegacia de polícia mais próxima. Nessa situação, o delegado deverá apreender os animais e, caso Rebeca se comprometa a comparecer, em dia e horário marcados, perante o juizado especial criminal, ele deverá lavrar termo circunstanciado da ocorrência e conceder liberdade a Rebeca, independentemente de fiança.

Gabarito.

1. Letra e(errado).

Artigo 310, *caput*, I, II, III, parágrafo único e artigo 312, *caput*, parágrafo único; do CPP.

2. Letra c(de certo), segundo o gabarito definitivo.

Mas está incompleta, pois faltou o colhimento das assinaturas: do condutor do preso; das testemunhas; e do preso(esta ocorre em regra). De acordo com artigo 304, *caput*, parágrafos 1º, 2º, 3º e artigo 306, *caput*, parágrafos 1º, 2º; do CPP.

3. Letra c(de certo), segundo o gabarito oficial definitivo.

Mas o correto seria, primeiro, o Delegado lavrar o termo circunstanciado e depois o autor do fato assumir o compromisso de comparecer ao Juizado, conforme artigo 69, parágrafo único, da Lei 9.099/95 e artigos 25, 29, *caput*, da Lei 9.605/98(sem o APF, para o caso concreto da questão).